



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUDESTE
COMANDO DA 2ª REGIÃO MILITAR**

AVISO DE CONVOCAÇÃO Nº 027-SMR/2, DE 11 DE JULHO DE 2022

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA
INCORPORAÇÃO DE OFICIAIS TÉCNICOS TEMPORÁRIOS**

O COMANDANTE DA 2ª REGIÃO MILITAR (2ª RM), no uso de suas atribuições, divulga e estabelece as normas específicas para a abertura de inscrição e a realização do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a incorporação de Oficiais Técnicos Temporários (OTT) com habilitação na área de bacharelado e possuidores de diploma de graduação no curso de Ensino Superior de Direito.

7.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – FINALIDADE.....	4
CAPÍTULO II - AMPARO NORMATIVO.....	4
CAPÍTULO III - DISPOSIÇÕES INICIAIS.....	5
CAPÍTULO IV - DIREITOS PECUNIÁRIOS.....	7
CAPÍTULO V - REQUISITOS PARA INCORPORAÇÃO.....	7
CAPÍTULO VI - ETAPA I - CADASTRO E INSCRIÇÃO.....	8
CAPÍTULO VII - NOTA FINAL E CLASSIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	12
CAPÍTULO VIII - ETAPA II - ENTREVISTA E ENTREGA DE DOCUMENTOS.....	13
CAPÍTULO IX - ETAPA III - INSPEÇÃO DE SAÚDE.....	14
CAPÍTULO X - INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO.....	18
CAPÍTULO XI - ETAPA IV - EXAME DE APTIDÃO FÍSICA.....	19
CAPÍTULO XII - ETAPA V - DESIGNAÇÃO.....	20
CAPÍTULO XIII - ETAPA VI - SELEÇÃO COMPLEMENTAR.....	21
CAPÍTULO XIV - CAUSAS DE ELIMINAÇÃO.....	21
CAPÍTULO XV – RECURSOS.....	22
CAPÍTULO XVI - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	23
ANEXOS	25

1

ANEXOS

- A - CALENDÁRIO DE EVENTOS
- B - DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE O ESTADO DE GRAVIDEZ
- C - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
- D - MODELO DE DIEX DE COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO MILITAR
- E - FICHA AUXILIAR PARA AVALIAÇÃO CURRICULAR
- F - REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO
- G - FICHA AUXILIAR PARA RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS
- H - FICHA AUXILIAR PARA INSPEÇÃO DE SAÚDE
- I - REQUERIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
- J - TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA

7.

CAPÍTULO I FINALIDADE

Art. 1º Este Aviso de Convocação tem por finalidade estabelecer os critérios para a seleção de cidadãos e cidadãs com habilitação na área de bacharelado e possuidores de diploma de graduação no curso de Ensino Superior de Direito para a prestação do Serviço Militar Temporário de Voluntário, observando o disposto na Lei nº 4.375/1964.

CAPÍTULO II AMPARO NORMATIVO

Art. 2º O presente Aviso de Convocação tem como amparo as seguintes legislações:

- I - Lei nº 4.375, de 17 de agosto 1964 - estabelece a Lei do Serviço Militar;
- II - Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - estabelece o Estatuto dos Militares;
- III - Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 - reestrutura a carreira militar e dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares;
- IV - Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – institui o Código Penal Militar;
- V - Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 - regulamenta a Lei do Serviço Militar;
- VI - Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967- aprova as Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde de Conscritos nas Forças Armadas (IGISC/FA);
- VII - Decreto nº 703, de 22 de dezembro de 1992 – altera o Decreto nº 60.822/67;
- VIII - Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994 - altera o Decreto nº 57.654/66;
- IX - Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- X - Decreto nº 4.346, de 26 agosto de 2002 – aprova o Regulamento Disciplinar do Exército;
- XI - Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 - regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica;
- XII - Portaria Ministerial nº 153, de 25 de março de 1998, regula, para o Exército, o Serviço Militar temporário em tempo de paz;
- XIII - Portaria nº 046, de 27 de março de 2012 - aprova as Normas Técnicas para a Prestação do Serviço Militar Temporário;
- XIV - Portaria Normativa nº 3673 - MD, de 10 de novembro de 2020 – aprova o Plano Geral de Convocação em 2022 (PGC/2022);
- XV - Plano Regional de Convocação/2023 da 2ª Região Militar (PRC/2023); e
- XVI - Portaria N° 247-DGP, de 07 OUT 09 – aprova as Normas Técnicas sobre Perícias Médicas no Exército (NTPMEx).

CAPÍTULO III DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 3º Este PSS se aplica exclusivamente aos cidadãos e às cidadãs com habilitação na área de bacharelado e possuidores de diploma de graduação no curso de Ensino Superior de Direito, os quais doravante serão designados como *participantes*.

Art. 4º O presente Aviso de Convocação não se aplica a:

I - militares da reserva remunerada;

II - brasileiros(as) naturalizados(as);

III - estrangeiros(as);

IV - portadores de necessidade especial, conforme Decreto nº 3.298/1999 e Decreto nº 5.296/2004, em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelos participantes e da necessidade de capacidade física compatível;

V - participantes com diploma de licenciatura no curso de Ensino Superior de Direito que não possuam habilitação para o bacharelado; e

VI - participantes com habilitação diferente do bacharelado em Direito.

Parágrafo único. Para efeitos do presente PSS, não serão admitidos participantes possuidores de diploma de graduação em curso de Ensino Superior diferente de Direito, ainda que estejam habilitados à prática profissional nesta área por meio da realização de algum curso de pós graduação, seja *lato* ou *stricto sensu*.

Art. 5º O presente Aviso de Convocação será coordenado pelo Comando da 2ª Região Militar (Cmdo 2ª RM) por intermédio de uma Comissão de Seleção Especial (CSE), designada pela Seção do Serviço Militar Regional (SMR/2).

Art. 6º Este PSS visa à ocupação de cargos em Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro (EB), subordinadas ao Comando Militar do Sudeste (CMSE), para emprego: em atividades na área do Direito; em missões que se destinam a defender à Pátria e a garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem; e em outras atividades, tais como a realização de processos administrativos diversos, serviços de escala, instrução, composição de comissões, representações e outras.

Parágrafo único. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

(a) de 2 (dois) cargos de professor;

(b) de 1 (um) cargo de professor com outro técnico ou científico; e

(c) de 2 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Art. 7º Os participantes aprovados no presente PSS, ao serem incorporados ao EB mediante a disponibilidade de vagas, deverão realizar obrigatoriamente um Estágio de Serviço Técnico (EST), visando sua adaptação à vida militar.

Art. 8º O EST abrangerá 2 (duas) fases consecutivas com duração de, respectivamente, 45 (quarenta e cinco) dias na primeira fase e 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias na segunda fase e será regulado oportunamente pelo Cmdo 2ª RM.

Art. 9º Os participantes aprovados no presente PSS, mediante a disponibilidade de vagas, serão incorporados, por um período de 12 (doze) meses, prorrogáveis conforme a legislação específica, no posto de Aspirante a Oficial (Asp Of) ou no posto em que se encontravam quando na condição de militares da reserva não remunerada das Forças Armadas (FA), sem que haja regressão hierárquica para realização do EST.

Parágrafo único. O participante que for incorporado deverá cumprir o período de Serviço Militar a que se propôs, podendo solicitar seu licenciamento a pedido, desde que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 170 da Portaria nº 046 - DGP/2012.

Art. 10. Não será cobrada nenhuma taxa por parte do EB durante todo o processo.

Art. 11. Todas as despesas decorrentes deste PSS são de exclusiva responsabilidade dos participantes e não serão ressarcidas.

Art. 12. O sítio eletrônico www.2rm.eb.mil.br/servicomilitar da 2ª RM é o meio de comunicação oficial com os participantes, em que serão divulgadas, por meio digital, as informações a respeito deste PSS, inclusive as datas, locais e horários de convocação para a realização das etapas, bem como os resultados ao final de cada etapa.

Parágrafo único. Por medida de segurança, não serão fornecidas quaisquer informações sobre o presente PSS através de *e-mail* ou contato telefônico. O participante interessado poderá realizar consultas pessoalmente, ou por meio de representante legal constituído para esse fim, no posto de atendimento da 2ª RM, EB Fácil, de acordo com os horários de funcionamento previstos para a data.

Art. 13. Cada participante deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação para a seleção, a fim de verificar se atende à totalidade das condições e requisitos, para eventual incorporação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a observância dos prazos, o correto preenchimento e a entrega da documentação solicitada, sob pena de ser eliminado deste PSS.

Art. 14. Durante este PSS não há, por parte do EB, compromisso quanto à incorporação dos participantes.

Parágrafo único. A aprovação neste PSS assegura, apenas, a expectativa de direito à designação e incorporação, ficando a concretização desses atos condicionada à existência de vaga.

Art. 15. Os participantes deverão assinar a lista de presença, quando comparecerem às etapas do PSS, para as quais tenham sido chamados, com assinatura idêntica ao documento de identidade ou documento equivalente, sendo vedada a aposição de rubrica.

Art. 16. As atividades que compõem este PSS se encontram discriminadas no Calendário de Eventos (Anexo A) e seguem as seguintes etapas:

Etapa I - Cadastro e Inscrição - realizada de forma eletrônica por meio da Rede Mundial de Computadores (*Internet*);

Etapa II - Entrevista e entrega da documentação - realizada de forma presencial;

Etapa III - Inspeção de Saúde (IS) - realizada de forma presencial;

Etapa IV - Exame da Aptidão Física (EAF) - realizada de forma presencial;

Etapa V - Designação - realizada de forma presencial; e

Etapa VI - Seleção Complementar - realizada de forma presencial.

Parágrafo único. As Etapas I, II e V poderão ser realizadas por meio de representante legal constituído para tal, o qual necessariamente deverá apresentar uma procuração com registro em cartório em todas as ocasiões. As Etapas III, IV e VI deverão, obrigatoriamente, ser realizadas pelo participante em pessoa.

CAPÍTULO IV DIREITOS PECUNIÁRIOS

Art. 17. A remuneração do militar é composta pelo soldo e gratificações. O soldo é a parcela básica da remuneração, inerente ao posto do militar, sendo irredutível. O soldo vigente, relativo a cada posto e graduação, está previsto em legislação específica.

Art. 18. Os participantes deste PSS selecionados para a incorporação não farão jus a indenização de transporte ou a ajuda de custo, conforme estabelece a legislação em vigor.

Art. 19. Os participantes deste PSS, depois de incorporados como OTT para a prestação do Serviço Militar Temporário de Voluntário, farão jus exclusivamente ao adicional de habilitação de formação, de acordo com a legislação específica.

Parágrafo único. Os diplomas de conclusão de curso de pós graduação, eventualmente apresentados por ocasião da Etapa I, serão admitidos apenas para fins de pontuação, visando gerar uma Nota Final (NF) para estabelecer a classificação dos participantes, sendo computados para fins pecuniários.

Art. 20. Os participantes deste PSS, ao serem licenciados *ex officio* após a sua incorporação, farão jus à compensação pecuniária equivalente a uma remuneração mensal por ano de efetivo serviço militar prestado, de acordo com a legislação em vigor.

CAPÍTULO V REQUISITOS PARA INCORPORAÇÃO

Art. 21. Cada participante deverá atender aos seguintes requisitos, sob pena de ser eliminado do presente PSS:

I - ser voluntário;

II - ter no máximo 40 anos, 11 meses e 29 dias de idade na data da incorporação;

III - ser brasileiro nato;

IV - ser possuidor de diploma de graduação no curso de Ensino Superior de bacharel em Direito, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);

V - estar em dia com suas obrigações militares;

VI - ser possuidor de bons antecedentes e de idoneidade moral que o recomendem ao ingresso nas FA, passíveis de averiguação da vida pregressa junto aos órgãos públicos competentes e em fontes abertas de domínio público;

VII - ter aptidão técnica e física para o exercício das atividades, a serem verificadas por meio de Avaliação Curricular, IS e EAF, respectivamente;

VIII - declarar estar ciente que, após a conclusão com aproveitamento da 1ª fase do EST, poderá ser designado para realizar a 2ª fase em OM diferente, e estar comprometido a se mudar para o município da nova sede;

IX - não ter ação judicial anterior ou em andamento contra a União ou contra as FA;

X - não estar "*sub judice*", nem ter sido condenado criminalmente pela justiça comum ou militar, nas esferas federal ou estadual; e

XI - obter aprovação em todas as etapas deste PSS.

Art. 22. O participante, integrante da reserva não remunerada das FA, além dos itens elencados no artigo anterior, deverá atender aos seguintes requisitos, sob pena de ser eliminado do presente PSS:

I - ter, no mínimo, o comportamento "BOM";

II - não possuir conceito regular ou insuficiente.

III - não ter sido licenciado ou excluído de OM:

(a) a bem da disciplina; ou

(b) por incapacidade física ou mental definitiva (Incapaz C).

IV - não ter sido punido disciplinarmente, em transgressão grave ou média, prevista no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), ou não ter sido condenado, em sentença criminal, transitada em julgado, perante a Justiça, seja na esfera Federal ou Estadual.

CAPÍTULO VI

ETAPA I - CADASTRO E INSCRIÇÃO

Art. 23. O cadastro e a inscrição constituem atividades distintas de caráter eliminatório e classificatório, os quais deverão ser realizados por meio da Rede Mundial de Computadores (*Internet*) por intermédio do Sistema de Seleção de Candidatos Temporários (SISCANT), disponível no endereço eletrônico www.2rm.eb.mil.br/servicomilitar, durante o período indicado no Calendário de Eventos.

§1º Para efetivar sua inscrição, o participante necessita obrigatoriamente realizar o seu cadastro no SISCANT, sendo vedada a apresentação de requerimento para inscrição via postal, fax ou e-mail.

§2º Não serão aceitos requerimentos para inscrição fora do período previsto no Calendário de Eventos, após o qual não será possível alterar ou incluir qualquer informação.

§3º O Cmdo 2ª RM não fornecerá os meios eletrônicos para o acesso dos participantes ao SISCANT.

§4º Os participantes poderão realizar alterações cadastrais e carregamento (*upload*) de documentos no SISCANT até a data de encerramento das inscrições.

Art. 24. O cadastro corresponde ao registro dos dados que permitem a avaliação curricular do participante, enquanto que a inscrição consiste em uma declaração formal de sua vontade em participar deste PSS, atendendo a todos os requisitos exigidos no Aviso de Convocação.

Art. 25. Para efetuar o cadastro, e sob pena de ser eliminado, o participante deverá obrigatoriamente realizar o carregamento (*upload*), no SISCANT, dentro do prazo indicado no Calendário de Eventos, dos seguintes documentos:

I - Cópia integral do diploma de graduação no curso de bacharel em Direito, acompanhado do histórico escolar, não sendo admitidas certidões ou declarações em substituição;

II - Cópia integral da certidão de nascimento ou de casamento;

III - Cópia integral de documento de identidade, válido e atualizado, podendo ser:

(a) Carteira de identidade ou Registro Geral (RG);

(b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

(c) Passaporte emitido pela Polícia Federal; ou

(d) Carteira de identificação funcional.

IV - Cópia integral do documento comprobatório de situação militar para os participantes homens, podendo ser:

(a) Certificado de reservista;

(b) Carta Patente;

(c) Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI); ou

(d) Certificado de Alistamento Militar (CAM).

V - Declaração de Informação sobre o Estado de Gravidez (Anexo B) para as participantes mulheres, devidamente preenchida;

VI - Cópia da certidão de execuções criminais - SAJ PG5, a ser obtida junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio do sítio eletrônico <https://esaj.tjsp.jus.br>;

VII - Cópia da certidão de execuções criminais - SIVEC, a ser obtida junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio do sítio eletrônico <https://esaj.tjsp.jus.br>;

VIII - Cópia da certidão de distribuição de ações criminais, a ser obtida junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, por meio do sítio eletrônico <https://esaj.tjsp.jus.br>;

IX - Cópia da certidão de antecedentes criminais, a ser obtida junto ao Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, por meio do sítio eletrônico <http://www.tjmosp.jus.br>;

X - Cópia da certidão de distribuição, a ser obtida junto à Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo, por meio do sítio eletrônico <http://web.trf3.jus.br>;

XI - Cópia do atestado de antecedentes criminais, a ser obtida junto à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, por meio do sítio eletrônico <http://www.ssp.sp.gov.br>, dos postos do Poupatempo ou dos postos de identificação do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD);

XII - Cópia da certidão negativa de ações criminais, a ser obtida junto à Justiça Militar da União, por meio do sítio eletrônico <https://www.stm.jus.br>;

XIII - Declaração de residência (Anexo C) ou comprovante de residência, devidamente preenchida;

XIV - Cópia integral das Folhas de Alterações ou assentamentos, relativos ao período de serviço militar prestado para os participantes homens integrantes da reserva não remunerada das FA; e

XV - Documento Interno do Exército (DIEx), conforme modelo indicado no Anexo D, apresentando o parecer do Comandante, Chefe ou Diretor de OM sobre a eventual incorporação dos participantes que se encontrem no serviço ativo do EB, contendo as seguintes informações:

(a) Área em que o militar está participando;

(b) O tempo de serviço militar do participante;

(c) Se a eventual convocação apresenta ou não inconveniência para o serviço; e

(d) Se houve ou não a aplicação de punição disciplinar prevista no RDE.

§1º A validação das cópias dos documentos apresentados será procedida pela CSE durante a Etapa II, sendo que, em hipótese alguma, aquela Comissão receberá documentos originais, bem como não irá se encarregar de providenciar a cópia de tais documentos.

§2º Será considerado como tempo de serviço militar anterior à convocação aquele decorrente de prestação de serviço militar nas Forças Armadas (conforme Lei nº 13.954/2019). O limite de tempo anterior a ser observado para ingresso deve ser de no máximo 5 (cinco) anos.

§3º Caso o participante não resida no estado de São Paulo por ocasião de seu cadastro, o mesmo deverá apresentar também as cópias integrais das certidões e do atestado da Unidade da Federação de origem, listados nos itens VI a XII deste artigo, devendo obtê-los junto aos órgãos e instituições competentes.

§4º Caso o participante não disponha de comprovante de residência em seu próprio nome, em substituição deverá realizar o carregamento da Declaração de Residência (Anexo C).

Art. 26. Para complementar seu cadastro, o participante poderá, a seu critério e em caráter voluntário, realizar o carregamento (*upload*), no SISCANT, dentro do prazo indicado no Calendário de Eventos, dos arquivos digitais contendo a cópia integral dos diplomas, certificados e demais documentos, conforme o caso, constantes da Ficha Auxiliar para Avaliação Curricular (Anexo E).

Art. 27. Os documentos constantes da Ficha Auxiliar para Avaliação Curricular a que se refere o art. 26, destinados à comprovação de experiência profissional, devem se enquadrar em uma das seguintes categorias:

- I - Certidão emitida por órgão público;
- II - Carteira de trabalho e previdência social;
- III - Contrato/declaração de prestação de serviço, quando profissional liberal, necessariamente acompanhados dos documentos que comprovem sua vigência e período trabalhado com firma das partes envolvidas;
- IV - Contrato social em que o participante demonstre haver exercido, como sócio ou proprietário, a função na área de interesse com firma das partes envolvidas;
- V - Documento com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- VI - Certidão de militância, isto é, a relação de processos judiciais em que o advogado solicitante está cadastrado como procurador; e
- VII - Folhas de Alterações ou Assentamentos ou declaração do Comandante, Chefe ou Diretor de OM que comprove o exercício da experiência profissional em OM pelo participante, indicando as datas de início e término.

§1º Os documentos supracitados, entre os itens I a VI, deverão conter, ao menos, 1 (um) comprovante de veracidade, que poderá ser:

- (a) Registro em cartório;
- (b) Carimbo da empresa com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- (c) Apresentação de notas fiscais;
- (d) Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS);
- (e) Comprovantes de atendimento/comparecimento com registro em cartório;
- (f) Assinatura eletrônica da empresa/organização/instituição emitente; e
- (g) Número de registro do participante junto à entidade de classe.

§2º Caso a comprovação de veracidade apresentada por ocasião da Etapa I seja considerada insuficiente, o participante será notificado pela CSE para que apresente a efetiva comprovação por outro meio durante a realização da Etapa II.

Art. 28. Para realizar o carregamento da imagem com a foto do participante, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I - A fotografia deve ser tirada de frente contra fundo branco;
- II - O rosto e os ombros devem estar completamente enquadrados e o participante deve olhar diretamente para frente;
- III - Não pode haver reflexos, penumbras ou sombras em nenhuma parte da fotografia;
- IV - O participante deve apresentar fisionomia neutra, sem sorrir ou franzir o cenho;
- V - Os olhos devem estar abertos e visíveis; e
- VI - O participante deve estar sem óculos e sem quaisquer itens de chapelaria.

Art. 29. Para efetuar a inscrição, o participante deverá realizar o carregamento (*upload*), no SISCANT, dentro do prazo indicado no Calendário de Eventos, do Requerimento para Inscrição (Anexo F), o qual deverá ter sido impresso, rubricado nos itens indicados e assinado no fecho antes de ser carregado.

§1º O participante poderá participar, exclusivamente, de um processo seletivo, por vez, no âmbito da 2ª RM, de acordo com a opção adotada na Etapa I, sem a opção de alterá-la após o encerramento das inscrições.

§2º Caso sejam alterados os dados para contato (telefone e *e-mail*) indicados no Requerimento para Inscrição, o participante deverá atualizá-los junto ao SMR/2 nas dependências do Cmdo 2ª RM, pessoalmente ou por meio de um representante legal constituído para esse fim.

§3º O participante deverá registrar 00 anos, 00 meses e 00 dias no local a isto destinado no Requerimento para Inscrição, caso não possua tempo de serviço público militar.

Art. 30. Os arquivos digitais, que contêm os documentos a serem carregados no SISCANT, deverão atender aos seguintes parâmetros, sob pena de eliminação do participante:

- I - O formato do arquivo deve ser PDF;
- II - A resolução do arquivo deve ter entre 200 (duzentos) e 600 (seiscentos) dpi (*dots per inch* no acrônimo em inglês);
- III - O tamanho do arquivo não deve exceder 5 (cinco) MB;
- IV - O tamanho original dos arquivos não deve ser alterado ou compactado;
- V - O arquivo não deve ser ampliado artificialmente, distorcido ou esticado para aumentar o seu tamanho ou resolução.

Parágrafo único. Não serão aceitos documentos ilegíveis, que impossibilitem a leitura de seu conteúdo e a identificação do participante, sendo que as informações prestadas são de inteira responsabilidade de cada participante e poderão ser auditadas a qualquer tempo.

Art. 31. O Cmdo 2ª RM não se responsabilizará por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

CAPÍTULO VII

NOTA FINAL E CLASSIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Art. 32. Com o propósito de estabelecer uma classificação para o presente PSS, cada participante receberá uma NF, correspondente ao resultado da soma de todos os pontos registrados na Ficha de Avaliação Curricular.

Art. 33. A avaliação curricular será realizada por meio de parâmetros relacionados à formação acadêmica e complementar, à produção acadêmica, bem como à experiência profissional dos participantes. Tal avaliação terá por base as pautas constantes da Ficha Auxiliar para Avaliação Curricular e será procedida por meio da conferência dos diplomas, certificados e demais documentos apresentados.

§1º A referida Ficha Auxiliar para Avaliação Curricular indica os tipos de documentos a serem recebidos para fins de pontuação, a quantidade máxima admitida e a pontuação que lhes é correspondente.

§2º Serão admitidos para fins de pontuação exclusivamente os documentos relacionados à área indicada no art.1º deste Aviso de Convocação.

Art. 34. Para fins de pontuação, a experiência profissional será computada somente após a formação acadêmica na área em que o participante estiver inscrito.

§1º A experiência profissional será computada somente quando caracterizar o exercício funcional requerido por 6 (seis) meses ou mais na mesma empresa/organização/instituição e de forma ininterrupta.

§2º Para fins de pontuação, não serão computados comprovantes de experiência profissional em 2 (duas) ou mais empresas/organizações/instituições em período coincidente.

§3º Para fins de pontuação, não serão computados como experiência profissional a realização de trabalhos voluntários, estágios, monitorias ou bolsas de estudo.

Art. 35. Ao término da Etapa I, os participantes serão classificados em ordem crescente, do primeiro ao último colocado, de acordo com a pontuação recebida (da maior para a menor).

Parágrafo único. Em caso de empate, a classificação dos participantes seguirá os critérios listados abaixo, na seguinte ordem:

- I - maior pontuação obtida no quesito Experiência Profissional;
- II - maior pontuação obtida no quesito Formação Acadêmica;
- III - maior pontuação obtida no quesito Formação Complementar; e
- IV - idade, com prioridade para os participantes mais velhos.

Art. 36. Ao término da Etapa I, será divulgada a classificação preliminar do presente PSS, a qual será ratificada por ocasião da Etapa II.

CAPÍTULO VIII

ETAPA II – ENTREVISTA E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 37. A Etapa II possui caráter eliminatório e classificatório e compreende uma entrevista e a entrega de documentos, a serem realizadas na mesma ocasião, de forma consecutiva.

§1º O número máximo de participantes convocados para realizar a Etapa II dependerá da provável quantidade de vagas a serem abertas para a incorporação, seguindo a ordem estabelecida na classificação preliminar e de acordo com a proporção indicada na tabela abaixo:

PROVÁVEL QUANTIDADE DE VAGAS	NÚMERO DE PARTICIPANTES CONVOCADOS POR VAGA
1 a 4	4
5 a 9	3
10 a 40	2
41 ou mais	1,5

§2º Caso o total de participantes seja expresso um por número decimal, deverá haver o arredondamento para o primeiro número inteiro subsequente.

§3º Os participantes considerados aptos na Etapa I e não convocados para a Etapa II, devido à sua posição na classificação preliminar, não serão eliminados e poderão ser eventualmente convocados para prosseguir neste PSS, mediante a disponibilidade de vagas.

Art. 38. A entrevista será realizada pela CSE, tendo como propósito esclarecer os participantes sobre as demais etapas deste PSS e sobre aspectos relevantes da profissão militar.

Art. 39. A entrega da documentação se destina à validação dos documentos carregados no SISCANT (*upload*) para fins de cadastro, inscrição e comprovação de formação acadêmica e complementar, produção acadêmica e experiência profissional durante a Etapa I. Para tanto, cada participante deverá apresentar à CSE:

I - 1 (uma) via da Ficha Auxiliar para Recebimento de Documentos (Anexo G), a ser preenchida por um membro da CSE durante a Etapa II;

II - a via original e 1 (uma) cópia de todos os documentos carregados para atender os requisitos indicados nos art. 25, 26 e 29 dentro de um envelope pardo, tamanho A4, não lacrado; e

III - 1 (um) comprovante de veracidade alternativo para atender ao previsto no §2º do art. 27, caso tenha sido demandado pela CSE.

§1º Após a conferência, os documentos originais serão devolvidos aos participantes.

§2º As cópias entregues serão arquivadas pela CSE na 2ª RM.

§3º Não serão aceitos documentos incompletos ou ilegíveis, que impossibilitem a leitura de seu conteúdo e a identificação do participante, sob pena de eliminação.

§4º Não serão aceitos documentos originais em substituição às cópias; tampouco a CSE se encarregará de providenciar tais cópias.

§5º Não serão admitidos documentos diferentes daqueles que foram carregados no SISCANT durante a Etapa I.

§6º Quando solicitado pela CSE, o participante deverá obrigatoriamente registrar sua assinatura em qualquer dos documentos apresentados, de forma idêntica àquela constante do seu documento de identidade, sendo vedada a aposição de rubrica.

§7º Os participantes que deixarem de validar, durante a Etapa II, os documentos carregados no SISCANT, serão considerados eliminados.

Art. 40. Ao término da Etapa II, será divulgada uma nova classificação relativa ao presente PSS, destinada à convocação para a Etapa III.

CAPÍTULO IX **ETAPA III - INSPEÇÃO DE SAÚDE**

Art. 41. A Etapa III possui caráter eliminatório.

Art. 42. A IS será fundamentada nas NTPMEx e consistirá em uma perícia realizada com intuito de verificar se os participantes preenchem os requisitos exigidos para cumprir com eficiência as funções inerentes ao cargo e para o desempenho de suas atividades profissionais.

Art. 43. Para poder realizar a IS, o participante convocado deverá se apresentar à Junta de Inspeção de Saúde Especial (JISE), portando:

I - 1 (uma) via da Ficha Auxiliar para Inspeção de Saúde (Anexo H), a ser preenchida por um membro da JISE durante a Etapa III; e

II - a cópia do resultado de cada um dos exames, listados abaixo, dentro de um envelope pardo, tamanho A2, não lacrado:

- (a) Glicemia completa;
- (b) Hemograma completo, inclusive com a contagem de plaquetas;
- (c) Colesterol total e frações (HDL / TRIGLICERÍDEOS);
- (d) Transaminase Glutâmico Oxalacética (TGO) e Transaminase Glutâmico Pirúvica (TGP);
- (e) Sorologia para Lues (VDRL e FTA-Abs TOTAL) e HIV;
- (f) Sorologia para Doença de Chagas TOTAL;
- (g) Perfil imunológico para Hepatite B (HbsAg) e Hepatite C (anti-HCV);
- (h) Grupo sanguíneo e fator RH;
- (i) Uréia e creatinina;
- (j) Sumário de urina;
- (k) Radiografia de campos pleuro-pulmonares (com laudo e imagem);
- (l) Teste ergométrico com esforço (com laudo);
- (m) Exame oftalmológico para determinar a acuidade visual com e sem correção, refração, biomicroscopia, fundo de olho, tonometria, motilidade e senso cromático;
- (n) Exame odontológico com atestado odontológico e radiografia panorâmica dos dentes (com laudo e imagem);
- (o) Audiometria tonal e vocal;
- (p) Raio X panorâmico da coluna vertebral para escoliose, cifose e lordose, com ângulos de COBB e FERGUSON (laudo e imagem);
- (q) Raio X panorâmico dos membros superiores, em AP, englobando ombro/braço/cotovelo/antebraço/punho/mão (laudo e imagem);
- (r) Raio X panorâmico dos membros inferiores, com escanometria, em AP, englobando bacia/joelho/tornozelo (laudo e imagem);
- (s) Exame de colpocitologia oncótica para as participantes mulheres;
- (t) Exame de gravidez, β HCG quantitativo pelo método de quimioluminescência para as participantes mulheres, datado de até 5 (cinco) dias corridos antes da data de entrega; e

(u) Exame toxicológico baseado em amostras de queratina de larga janela de detecção, que deverá ser superior ou igual a 60 (sessenta) dias.

§1º Com exceção do exame de gravidez, que terá validade de 5 (cinco) dias, conforme descrito na letra “t” do item II deste artigo, os demais resultados serão admitidos apenas se os exames tiverem sido realizados em até 90 (noventa) dias antes da data da IS.

§2º Cada participante será responsável pela realização dos exames supramencionados, encarregando-se inclusive pelas eventuais despesas daí decorrentes, as quais não serão ressarcidas pela 2ª RM.

§3º Não serão admitidos os resultados dos exames, listados nas letras “k”, “l”, “n”, “p”, “q” e “r” do item II deste artigo, desacompanhados da cópia impressa do competente laudo, sendo que todos os resultados dos exames retirados pela Rede Mundial de Computadores (*Internet*) deverão ser impressos em 2 (duas) vias.

§4º O participante com deficiência visual deverá se apresentar para a IS portando a receita médica e a prescrição de correção.

§5º Para realizar a IS, os participantes deverão trajar a seguinte vestimenta, sob pena de não realização da mesma:

- (a) Militares: 15º uniforme ou equivalente para as outras Forças e Forças Auxiliares.
- (b) Homens: sunga; e
- (c) Mulheres: biquíni (duas peças).

§6º O participante que se estiver no serviço ativo do EB poderá ter os exames complementares substituídos por Ata de IS para a permanência no serviço ativo, desde que apresente a referida Ata no momento da realização da IS, devidamente acompanhada de exame toxicológico, previsto na letra “u” do item II deste artigo. Caso contrário, deverá apresentar todos os exames previstos neste Aviso de Convocação.

§7º Outros exames poderão ser solicitados pela CSE, a critério da JISE.

§8º Caso deixe de comparecer à IS ou apresente a documentação listada neste artigo de forma incompleta ou deixe de apresentar os resultados demandados, o participante será eliminado deste PSS, não cabendo recurso.

Art. 44. São consideradas causas de incapacidade física por motivo de saúde e de inaptidão para o presente PSS:

I - Peso desproporcional à altura, tendo por base o índice de Massa Corporal (IMC) igual ou maior que 30 (trinta), o que caracteriza a entrada na faixa de obesidade grau I. A incapacidade será declarada pela JISE quando esse IMC for conjugado com demais fatores clínicos ou comorbidades, devendo ser devidamente fundamentado na Ata de Inspeção de Saúde do participante porventura declarado inapto;

II - Reações sorológicas positivas para sífilis, hepatite, Doença de Chagas ou Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (AIDS), sempre que, afastadas as demais causas da positividade, confirmem a existência daquelas doenças;

III - Taxa glicêmica anormal, quando associada à análise de outros fatores clínicos ou laudos de exames, que indique a presença de alguma doença preexistente;

IV - Campos pleuro-pulmonares anormais, inclusive os que apresentarem vestígios de lesões graves anteriores;

V - Hérnias, qualquer que seja sua sede ou volume;

VI - Albuminúria ou glicosúria persistentes;

VII - Audibilidade inferior à 35 (trinta e cinco) decibéis, as frequências 250 (duzentos e cinquenta) a 6.000 (seis mil) C/S, em ambos os ouvidos;

VIII - Doenças contagiosas crônicas da pele;

IX - Cicatrizes que, por sua natureza e sede, possam, em face de exercícios peculiares à atividade militar, virem a motivar qualquer perturbação funcional ou se ulcerar;

X - Ausência ou atrofia de músculos, quaisquer que sejam as causas;

XI - Imperfeita mobilidade funcional das articulações, bem como quaisquer vestígios anatômicos e funcionais de lesões ósseas ou articulares anteriores;

XII - Hipertrofia média ou acentuada da tireoide, associada ou não aos sinais clínicos de hipertireoidismo;

XIII - Anemia com hemoglobinometria inferior a 12 (doze) g/dl;

XIV - Pés planos espásticos e demais deformidades dos pés, incompatíveis com o exercício das atividades militares;

XV - Tensão arterial sistólica superior a 140 (cento e quarenta) mmHg e diastólica superior a 90 (noventa) mmHg, medidas em ambos os membros superiores, na posição sentada ou deitada, em pelo menos 3 (três) verificações, com intervalos de 10 (dez) minutos entre si;

XVI - Distúrbios da fala;

XVII - Desvios da coluna, configurando escoliose com ângulo de Cobb superior a 12° (doze graus), cifose com ângulo de Cobb superior a 40° (quarenta graus) ou lordose com ângulo de Ferguson superior a 48° (quarenta e oito graus);

XVIII - Anomalia no comprimento dos membros inferiores, com encurtamento de um dos membros, maior que 15 mm (quinze milímetros);

XIX - Varizes acentuadas de membros inferiores;

XX - Acuidade visual menor que 0,3 (20/67), em ambos os olhos, sem correção, utilizando-se a escala de Snellen, desde que, com a melhor correção possível, por meio do uso de lentes corretoras ou realização de cirurgias refrativas, não se atinjam índices de visão igual a 20/30 em ambos os olhos, tolerando-se os seguintes índices: 20/50 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/20; 20/40 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/22; e 20/33 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/25. A visão monocular, com a melhor correção possível, será sempre incapacitante;

XXI - Exame toxicológico clínico positivo sempre que, afastadas as demais causas da positividade, confirmem a existência de substâncias tóxicas;

XXII - Altura inferior a 1,6 m (um vírgula seis metro) e hidrocele para participantes homens;

XXIII – Altura inferior a 1,55 m (um vírgula cinquenta e cinco metro) e gigantomastia para participantes mulheres; e

XXIV - Doenças que motivem a isenção definitiva de conscritos para o Serviço Militar das FA, listadas nas IGISC, no que couber.

Art. 45. A IS se destina ainda à verificação de existência de tatuagem no corpo dos participantes, que apresente símbolos e/ou inscrições que afetem a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro exigido aos integrantes das FA, por fazer apologia a:

I - Ideologias terroristas ou extremistas;

II - Práticas contrárias às instituições democráticas;

III - Prática de violência;

IV - Apologia ao crime;

V - Discriminação ou preconceitos de raça, credo, sexo ou origem;

VI - Ideias ou atos libidinosos; e

VII - Ideias ou atos ofensivos às FA ou partidos políticos ou propaganda político partidária.

Art. 46. Após realizar a IS, cada participante poderá ser considerado pela JISE eliminado, apto ou inapto para prosseguir no presente PSS, devendo obrigatoriamente registrar sua ciência do resultado na Ficha Auxiliar para Inspeção de Saúde.

§1º Os participantes faltosos serão considerados eliminados e não poderão interpor recurso.

§2º Os participantes considerados inaptos poderão recorrer do resultado mediante Requerimento para Interposição de Recurso (Anexo I).

Art. 47. A participante que apresentar teste de gravidez positivo não poderá ser incorporada e será eliminada do presente PSS, conforme dispõe a legislação em vigor.

CAPÍTULO X

INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO

Art. 48. O participante, considerado inapto na IS, poderá protocolar requerimento para ISGR, após a publicação do resultado da IS no sítio eletrônico da 2ª RM, em até 48 (quarenta e oito) horas, no Cmdo 2ª RM, situado na Av. Sargento Mário Kozel Filho, nº 222, São Paulo/SP, mediante Requerimento para Interposição de Recurso a ser endereçado ao Comandante da 2ª RM.

Art. 49. O participante que requerer ISGR será eliminado do processo, se não comparecer, em pessoa, aos locais e datas indicados no Calendário de Eventos para a realização de tal atividade, sendo vedada a sua substituição por um representante legal.

Art. 50. O participante que requerer ISGR deverá obrigatoriamente apresentar a documentação (exames e/ou laudos) que justifique a sua discordância, sob pena de ser eliminado.

CAPÍTULO XI
ETAPA IV - EXAME DE APTIDÃO FÍSICA

Art. 51. A Etapa IV possui caráter eliminatório.

Art. 52. O EAF será fundamentado na Portaria nº 046/2012 e consistirá em um teste realizado com intuito de verificar se o participante apresenta a aptidão física para cumprir com eficiência as funções inerentes ao cargo e para o desempenho de suas atividades profissionais.

Parágrafo único. Os participantes não poderão recorrer à utilização de qualquer meio de apoio, inclusive dispositivos eletrônicos, para a realização do EAF.

Art. 53. Para poder realizar o EAF, os participantes aprovados na Etapa III serão submetidos ao teste, no local e data indicado no Calendário de Eventos, de acordo com que segue:

I - Os participantes deverão preencher e entregar o Termo de Responsabilidade para Realização do EAF (Anexo J) deste Aviso de Convocação, no dia da realização da Etapa IV;

II - As participantes mulheres deverão apresentar, por ocasião do EAF, um exame de gravidez (βHCG quantitativo pelo método de quimioluminescência), o qual deverá ser datado de até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista para a Etapa IV;

III - Durante a realização do EAF, será permitido executar unicamente uma segunda tentativa em cada tarefa no caso de insucesso na primeira, com intervalo de 1 (uma) hora para descanso, excetuando-se a tarefa de corrida de 12 (doze) minutos, que deverá ser realizada com intervalo de 1 (um) dia; e

IV - O EAF será avaliado pela aplicação de tarefas, em movimentos sequenciais padronizados, de forma contínua e execução conforme a legislação em vigor no EB.

Parágrafo único. Para realizar o EAF, os participantes deverão trajar a seguinte vestimenta, sob pena de não realização do exame:

(a) Militares: 14º uniforme ou equivalente para as outras Forças e Forças Auxiliares;

(b) Homens: camiseta com mangas, calça/calção/*shorts*/bermuda e tênis; e

(c) Mulheres: camiseta com mangas e com top esportivo, *legging*/corsário/calça ou *shorts* com bermuda térmica e tênis.

Art. 54. As tarefas a serem realizadas no EAF são:

I - Flexão de braços sobre o solo, sem limite de tempo:

(a) Posição inicial: o participante deverá tomar a posição com apoio de frente sobre o solo, braços e pernas estendidos; e

(b) Execução: o participante deverá realizar sucessivas flexões de braço, sem qualquer interrupção, no seu ritmo próprio, retornando à posição inicial, sem que o tronco e os joelhos toquem no solo, devendo a linha dos cotovelos ultrapassar o plano superior das costas.

II - Abdominal supra, sem limite de tempo:

(a) Posição inicial: o participante deverá tomar a posição deitado em decúbito dorsal, joelhos flexionados, pés apoiados no solo, calcaneares próximos aos glúteos, braços cruzados sobre o peito, de forma que as mãos encostem no ombro oposto (mão esquerda no ombro direito e vice-versa). O avaliador da CSE deverá colocar-se ao lado do executante,

posicionando os dedos de sua mão espalmada, perpendicularmente, sob o tronco do mesmo a uma distância de quatro dedos de sua axila, tangenciando limite inferior da escápula (omoplata). Esta posição deverá ser mantida durante toda a realização do exercício; e

(b) Execução: o participante deverá realizar a flexão abdominal até que as escápulas percam contato com a mão do avaliador da CSE e retornar à posição inicial, quando será completada uma repetição. Cada executante deverá realizar o número máximo de flexões abdominais sucessivas, no seu ritmo próprio, sem interrupção do movimento e sem limite de tempo, não podendo retirar os quadris do solo e nem obter impulso com os braços ao afastá-los do tronco.

III - Corrida livre, no tempo de 12 (doze) minutos:

(a) Será permitida a utilização de qualquer tipo de tênis e a retirada da camiseta;

(b) Local: pista de atletismo da Base de Administração e Apoio do Ibirapuera; e

(c) Execução: partindo da posição inicial de pé, o executante deverá correr ou andar no tempo de 12 (doze) minutos, podendo haver ou não interrupções ou modificações do ritmo de corrida, sendo proibido acompanhar o participante para ajudá-lo, por quem quer que seja e em qualquer momento da prova, admitindo-se eventuais paradas ou a execução de trechos em marcha.

Art. 55. As tarefas serão realizadas em dias consecutivos e na ordem abaixo especificada, estabelecidos os seguintes índices mínimos para ser considerado apto na etapa:

Participantes	1º Dia		2º Dia
	Flexão de braços	Abdominal supra	Corrida contínua (12 min)
Homens	10 (dez)	20 (vinte)	1.800 m (mil e oitocentos metros)
Mulheres	06 (seis)	14 (quatorze)	1.600 m (mil e seiscentos metros)

Parágrafo único. Será eliminado o participante que não atingir os índices mínimos estabelecidos na tabela acima ou apresentar restrição médica para realização do EAF, mesmo após ter sido considerado apto na IS/ISGR.

CAPÍTULO XII

ETAPA V – DESIGNAÇÃO

Art. 56. A Etapa V possui caráter eliminatório e corresponde ao ato formal de convocação dos participantes para a incorporação.

Art. 57. Em ordem de classificação, de acordo com o Calendário de Eventos, os participantes poderão optar para a designação em alguma das OM em que houver disponibilidade de vaga.

§1º Os participantes que faltarem à Etapa V serão considerados eliminados.

§2º As participantes mulheres deverão apresentar, por ocasião da Etapa V, um exame de gravidez (β HCG quantitativo pelo método de quimioluminescência), o qual deverá ser datado de até 5 (cinco) dias corridos antes da data prevista para a atividade de designação;

§3º Não serão eliminados do presente PSS os participantes que porventura se abstiverem de optar para a designação em alguma das OM em que houver disponibilidade de vaga, devendo ser reclassificados para última posição, independentemente da NF obtida.

Art. 58. Após a designação, o participante que estiver no serviço ativo deverá aguardar o seu licenciamento por término de tempo de serviço *ex officio*, caso a incorporação seja posterior ao término do tempo de serviço ou, caso a incorporação seja anterior ao término do seu tempo de serviço, deverá solicitar o licenciamento a pedido.

Art. 59. A permanência do convocado no serviço militar ativo é transitória, decorrendo disso a impossibilidade de se adquirir a estabilidade prevista no art. 50, inciso IV, letra "a" do Estatuto dos Militares.

Art. 60. O participante convocado para incorporação que não se apresentar no dia e hora agendada na OM para a qual tenha sido designado, ou que se ausentar antes do ato formal de incorporação, incorre em crime de insubmissão, conforme capitulado no art. 183 do Código Penal Militar (CPM).

CAPÍTULO XIII **ETAPA VI – SELEÇÃO COMPLEMENTAR**

1

Art. 61. A Etapa VI possui caráter eliminatório.

Art. 62. A Seleção Complementar ocorrerá na OM encarregada de conduzir o EST e terá como finalidade verificar as eventuais alterações ocorridas com o participante designado, nos aspectos de saúde e moral, entre a data de inscrição para este PSS e o início do EST.

Art. 63. A Seleção Complementar será procedida em data anterior ao início do estágio, a ser divulgada oportunamente por meio do sítio eletrônico da 2ª RM.

Art. 64. O participante será submetido a uma revisão médica para ratificação ou retificação do parecer anteriormente emitido, devendo ser encaminhado ao Médico Perito de Guarnição (MPGu) no Cmdo 2ª RM em caso de detecção de alguma alteração clínica que comprometa a sua incorporação.

Art. 65. Caso haja um hiato maior ou igual a 180 (cento e oitenta) dias entre as datas da entrevista e de incorporação, o participante deverá apresentar novamente toda a documentação constante dos itens V a XV do art. 25 por ocasião da seleção complementar.

Art. 66. Os participantes considerados aptos na Seleção Complementar poderão ser incorporados para realizar o EST.

Parágrafo único. Caso seja constatada a inaptidão, o participante não poderá ser incorporado.

CAPÍTULO XIV **CAUSAS DE ELIMINAÇÃO**

Art. 67. Além das causas de eliminação já descritas, o participante será ainda declarado eliminado deste PSS, mesmo por motivo de força maior, se:

I - faltar a qualquer etapa prevista neste PSS;

II - deixar de atender a qualquer requisito elencado no art. 21 deste Aviso de Convocação.

- III - não apresentar todos os documentos exigidos nos locais e datas previstos;
- IV - não concluir a IS ou a ISGR;
- V - fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- VI - agir com incorreção ou descortesia com qualquer membro da 2ª RM e/ou da CSE;
- VII - for surpreendido utilizando-se de meios não permitidos em qualquer etapa do PSS;
- VIII - for responsável por falsa identificação pessoal;
- IX - utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros em qualquer etapa deste PSS;
- X - estiver na condição de réu em ação penal;
- XI - tiver sido, nos últimos 5 (cinco) anos: responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo disciplinar administrativo, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção; ou condenado em processo criminal, transitado em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena;
- XII - receber parecer indicando inconveniência para o serviço, apresentado pelo Comandante, Chefe ou Diretor de OM do militar que se encontrar no serviço ativo do EB;
- XIII - apresentar tatuagem que apresente símbolos e/ou inscrições que afetem a honra pessoal, o pundonor militar ou o decore exigido aos integrantes das FA;
- XIV - desempenhar atividades incompatíveis com a situação de militar do Exército;
- XV - não atender às prescrições do presente Aviso de Convocação; e
- XVI - não atender aos interesses do EB.

CAPÍTULO XV RECURSOS

Art. 68. Caso sejam considerados inaptos, os participantes poderão interpor recurso, em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de divulgação do resultado de cada etapa.

Parágrafo único. Os participantes declarados eliminados não poderão interpor recurso.

Art. 69. Os recursos deverão conter os dados indicados no Requerimento para Interposição de Recurso. No caso de recurso quanto ao resultado da IS, o participante deverá solicitar ISGR, apresentando obrigatoriamente a documentação que justifique a sua discordância.

Art. 70. Os recursos deverão ser endereçados ao Comandante da 2ª RM e entregues pessoalmente, ou por procurador constituído para esse fim, no protocolo do Cmdo 2ª RM, situado na Av. Sargento Mário Kozel Filho, nº 222, São Paulo/SP, durante o horário de expediente.

§1º Além do setor de protocolo do Cmdo 2ª RM, nenhuma outra OM ou setor está autorizado a receber recursos referentes a este PSS.

§2º Não serão aceitos recursos encaminhados por via postal, *Internet* ou telefone.

§3º Não serão considerados os recursos formulados fora do prazo ou que não contenham os elementos indicados no presente Aviso.

Art. 71. A decisão acerca dos recursos, contendo o parecer deferido ou indeferido, será divulgada no sítio eletrônico da 2ª RM.

Art. 72. Após a divulgação do resultado dos recursos, não serão admitidas réplicas.

CAPÍTULO XVI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 73. O traje civil para acesso e trânsito nas OM deverá ser composto de:

- I - Militares: uniforme 9º B2 ou equivalente para as outras Forças e Forças Auxiliares;
 - II - Homens: calça comprida, camisa ou camiseta com mangas e calçado fechado; e
 - III - Mulheres: calça comprida, camisa ou camiseta com mangas e calçado fechado;
- serão aceitos também saia ou vestido na altura dos joelhos.

Parágrafo único. Após adentrarem nas OM para realizar a IS e o EAF, os participantes deverão providenciar a troca de seus trajes para atender às prescrições contidas, respectivamente, nos art. 43 e 53 deste Aviso de Convocação.

Art. 74. Não serão fornecidos por parte do Cmdo 2ª RM, CSE e/ou JISE quaisquer atestados, certificados ou certidões não previstos neste Aviso de Convocação.

Art. 75. Os documentos dos participantes considerados aptos deverão permanecer arquivados na 2ª RM, conforme o prazo estabelecido na legislação específica, podendo ser destruídos após o período regulamentar.

§1º A Ficha Auxiliar para Avaliação Curricular (Anexo E), o Requerimento para Inscrição (Anexo F), a Ficha Auxiliar para Recebimento de Documentos (Anexo G) e a Ficha Auxiliar para Inspeção de Saúde (Anexo H) dos participantes eliminados e/ou considerados inaptos deverão permanecer arquivadas na 2ª RM, conforme o prazo estabelecido na legislação específica e serão destruídos após o período regulamentar.

§2º Com exceção dos documentos indicados no §1º deste artigo, os demais documentos dos participantes eliminados e/ou considerados inaptos neste PSS ficarão disponíveis para consulta e devolução no Cmdo 2ª RM, entre 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) dias após a divulgação dos resultados, podendo ser eliminados após este período.

Art. 76. Os processos constantes deste PSS poderão ser auditados pela 2ª RM, a qualquer época.

Art. 77. Os participantes devem observar o disposto no art. 29 da Lei nº 6.880/80 (Estatuto dos Militares), que dispõe que “ao militar da ativa é vedado comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada”.

Art. 78. Em caráter excepcional, os locais e prazos indicados neste Aviso de Convocação poderão sofrer alteração por decisão do Comandante da 2ª RM, sem aviso prévio, para atender à necessidade do serviço.

Art. 79. O presente Aviso de Convocação será válido por 2 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, ou até a sua substituição por um novo Aviso, podendo ainda ser prorrogado por decisão do Comandante da 2ª RM.

Art. 80. Os casos omissos serão decididos pelo Comandante da 2ª RM.


Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
Comandante da 2ª Região Militar

**ANEXO A
CALENDÁRIO DE EVENTOS**

PSS Nº 027 OTT/ DIREITO 2ªRM-2022			
	ATIVIDADE	PERÍODO	LOCAL
ETAPA I	DIVULGAÇÃO DO AVISO DE CONVOCAÇÃO	11 a 19 JUL 22	SÍTIO ELETRÔNICO 2ª RM
	CADASTRO E INSCRIÇÃO	20 a 27 JUL 22	SISCANT
	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO	12 AGO 22	SÍTIO ELETRÔNICO 2ª RM
ETAPA II	ENTREVISTA E ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO	24 a 31 AGO 22	CMDO 2ª RM
	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO	2 SET 22	SÍTIO ELETRÔNICO 2ª RM
ETAPA III	INSPEÇÃO DE SAÚDE	3 a 6 OUT 22	CMDO 2ª RM
	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO	7 OUT 22	SÍTIO ELETRÔNICO 2ª RM
	INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO	17 a 20 OUT 22	HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE SÃO PAULO (1)
	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO	21 OUT 22	SÍTIO ELETRÔNICO 2ª RM
ETAPA IV	EXAME DE APTIDÃO FÍSICA	25 a 27 OUT 22	BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DO IBIRAPUERA (2)
	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO	28 OUT 22	SÍTIO ELETRÔNICO 2ª RM
ETAPA V	DESIGNAÇÃO	A definir.	CMDO 2ª RM
	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO		SÍTIO ELETRÔNICO 2ª RM
ETAPA VI	SELEÇÃO COMPLEMENTAR	A definir.	-

LEGENDA:

(1) HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE SÃO PAULO - R. Ouvidor Portugal, 230 - Vila Monumento/SP.

(2) BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO DO IBIRAPUERA - R. Manuel da Nóbrega, 1015 - Paraíso, São Paulo/SP.

OBSERVAÇÃO: O horário de cada atividade será divulgado oportunamente por meio do sítio eletrônico da 2ªRM.


Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
 Comandante da 2ª Região Militar

ANEXO B
DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE O ESTADO DE GRAVIDEZ

1. Eu, _____ (nome completo),
RG _____, CPF _____,
nascida aos _____ (dias) do mês de _____ do ano de _____,
filha de _____ e de _____, Nº
de Inscrição: _____, como participante do Processo Seletivo Simplificado realizado em
cumprimento ao Aviso de Convocação nº 027 - SMR/2, de 11 de julho de 2022, DECLARO que fui
alertada e tomei ciência de que:

a. o estado de gravidez elimina a participante do presente Processo Seletivo Simplificado, em decorrência dos riscos das atividades militares a serem desenvolvidas; e

b. sou responsável por comunicar imediatamente, e por escrito, o meu estado de gravidez ao Comando da 2ª Região Militar.

_____/_____-_____
Cidade UF Data

ASSINATURA DA PARTICIPANTE: _____
NOME COMPLETO DA PARTICIPANTE:


Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
Comandante da 2ª Região Militar

ANEXO C
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

1. Eu, _____ (nome completo),
RG _____, CPF _____,
nascido(a) aos _____ (dias) do mês de _____ do ano de _____,
filho(a) de _____ e de _____,
Nº de Inscrição: _____, como participante do Processo Seletivo Simplificado realizado
em cumprimento ao Aviso de Convocação nº 027 - SMR/2, de 11 de julho de 2022, DECLARO
residir na Rua/Av. _____, nº e Complemento
_____, na cidade _____, na UF _____,
CEP _____.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas,
ciente da responsabilidade criminal prevista nos Art. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-
Lei Nr 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal e Art. 312 (falsidade) do Decreto-Lei N°
1.001, de 21 de outubro de 1969- Código Penal Militar (CPM).

_____/_____-_____
Cidade UF Data

ASSINATURA DO PARTICIPANTE: _____
NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE:


Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
Comandante da 2ª Região Militar

ANEXO D
MODELO DE DIEX PARA COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO MILITAR



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
(COMANDO ENQUADRANTE)

DIEx nº

EB:

Local de data.

Do Comandante/Chefe ou Diretor

Ao Sr Chefe do Estado-Maior da 2ª Região Militar

Assunto: parecer relativo ao Aviso de Convocação nº 027 - SMR/2, de 11 JUL 22

1. Informo que o(a) _____
(posto e nome completo do participante, com nome de guerra em negrito), portador(a) de documento de Identidade Militar nº _____, está participando do Processo Seletivo Simplificado regulado pelo Aviso de Convocação em epígrafe e é candidato para a incorporação como Oficial Técnico Temporário na área de bacharelado de Direito.

2. Em complemento, informo o seguinte:

a. a eventual convocação daquele(a) militar _____ (apresenta ou não) inconveniência para o serviço;

b. aquele(a) militar _____ (possui ou não) punição disciplinar prevista no Regulamento Disciplinar do Exército, por ter cometido a transgressão _____ (leve ou média ou grave); e

c. o tempo de Serviço Militar daquele(a) militar até a presente data é _____ anos, _____ meses e _____ dias.

(Assinatura)

Posto e nome do Comandante/Chefe/Diretor da OM


Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
Comandante da 2ª Região Militar

ANEXO E
FICHA AUXILIAR PARA AVALIAÇÃO CURRICULAR
PSS Nº 027 OTT/ DIREITO 2ªRM-2022

DADOS CADASTRAIS		E-MAIL:	
NOME COMPLETO:		RG:	
CPF:		PONTUAÇÃO ADMITIDA	
		Nº DOCUMENTOS VÁLIDOS	PONTOS OBTIDOS
1. FORMAÇÃO ACADÊMICA			
a. Diploma de conclusão de curso de pós graduação stricto sensu – Doutorado	3 pontos por diploma (máximo de 2 diplomas)		
b. Diploma de conclusão de curso de pós graduação stricto sensu – Mestrado	2,5 pontos por diploma (máximo de 2 diplomas)		
c. Diploma de conclusão de curso de pós graduação lato sensu de Especialização com carga horária maior ou igual a 360 horas	2 pontos por diploma (máximo de 2 diplomas)		
2. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR			
a. Diploma de conclusão de curso presencial de pós graduação lato sensu de Extensão com carga horária maior ou igual a 40 horas	1 ponto por diploma (máximo de 2 diplomas)		
3. PRODUÇÃO ACADÊMICA			
a. Autoria de livro	3 pontos por publicação (máximo de 2 obras)	Nº DOCUMENTOS VÁLIDOS	PONTOS OBTIDOS
b. Autoria de capítulo de livro	2,5 pontos por publicação (máximo de 2 capítulos)		
c. Autoria de artigos científico	2 pontos por publicação (máximo de 2 artigos)		
4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL			
a. Prática profissional na área indicada no art. 1º deste PSS	1 ponto por comprovante (máximo de 20 comprovantes)	Nº DOCUMENTOS VÁLIDOS	PONTOS OBTIDOS
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:			

ASSINATURA DO PARTICIPANTE: _____

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE: _____

ASSINATURA DO AVALIADOR: 

NOME COMPLETO DO AVALIADOR: _____

ASSINATURA DO PRESIDENTE CSE: _____

NOME COMPLETO DO PRESIDENTE CSE: _____

_____/_____/_____
 Cidade UF Data

Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
 Comandante da 2ª Região Militar

ANEXO F
REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO PARA INSCRIÇÃO

PSS Nº 027 OTT/ DIREITO 2ªRM-2022	
DADOS CADASTRAIS	
NOME COMPLETO:	Nº INSCRIÇÃO:
CPF:	RG:
E-MAIL:	FONE: ()
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE CONDENAÇÃO EM AÇÕES CRIMINAIS E OUTROS Declaro que não respondo como indiciado(a) a inquérito policial, nem a processo criminal, nem sofri condenação judicial, no Brasil e/ou no exterior até a presente data. Declaro ainda estar ciente de que na data da incorporação, caso venha a responder a algum inquérito policial ou processo criminal, devo comunicar formalmente ao Comando da 2ª Região Militar, sobre pena de responsabilidade criminal.	RUBRICA:
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE AÇÕES JUDICIAIS CONTRA AS FORÇAS ARMADAS E/OU AUXILIARES Declaro que não tenho ação judicial anterior ou em andamento objetivando a condenação das Forças Armadas e/ou Auxiliares até a presente data. Declaro ainda estar ciente de que na data da incorporação, caso venha a mover ação judicial objetivando a condenação das Forças Armadas e/ou Auxiliares, devo comunicar formalmente ao Comando da 2ª Região Militar, sobre pena de responsabilidade criminal.	RUBRICA:
DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO Declaro que sou voluntário(a) para a incorporação ao Exército Brasileiro, sujeitando-me, se for aceito, a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor, e conhecedor que poderei obter, dependendo da existência de vaga, do interesse do Exército e do meu desempenho profissional, prorrogações anuais, não ultrapassando o período de 8 (oito) anos, contado, para isto, todo o tempo que possuo de serviço militar nas Forças Armadas.	RUBRICA:
DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO Declaro, sob as penas da lei, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação no Exército Brasileiro, investido(a) em cargo público.	RUBRICA:
DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO MILITAR Declaro, que até a presente data, possuo _____ ano(s), _____ mês(es), _____ dia(s) de tempo de serviço prestado(s) nas Forças Armadas, que possa ser averbado na contagem total do meu tempo de serviço.	RUBRICA:
DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS Declaro, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas e todos os documentos apresentados, para efeito deste Aviso de Convocação são autênticos, ciente da responsabilidade criminal prevista nos Art 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 Art 311, 312 e 315 do Código Penal Militar (Decreto-Lei Nº 1.001, de 21 de outubro de 1969).	RUBRICA:
DECLARAÇÃO DE MUDANÇA DE ENDEREÇO Declaro estar ciente que, após a conclusão do EST, com aproveitamento, poderei ser designado para incorporação, em OM diferente daquela na qual realizei o estágio, e estar comprometido a me mudar para o município de incorporação, por conta própria (sem ônus para o Tesouro Nacional).	RUBRICA:

_____ / _____ - _____
Cidade

UF

Data

ASSINATURA DO PARTICIPANTE: _____

NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE:


Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
 Comandante da 2ª Região Militar

ANEXO G
FICHA AUXILIAR PARA RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

PSS Nº 027 OTT/ DIREITO 2ªRM-2022			
DADOS CADASTRAIS			
NOME COMPLETO:	Nº INSCRIÇÃO:		
CPF:	RG:		
E-MAIL:	FONE: ()		
DOCUMENTOS VALIDADOS	SIM	NÃO	OBSERVAÇÕES
Diploma do curso de Graduação			
Histórico escolar			
Certidão de nascimento ou de casamento			
Documento de identidade			
Documento comprobatório de situação militar			
Declaração de Informação sobre o Estado de Gravidez (Anexo B)			
Exame de gravidez			
Certidão de execuções criminais – SAJ PG5			
Certidão de execuções criminais – SIVEC			
Certidão de distribuição de ações criminais do Tribunal de Justiça			
Certidão de antecedentes criminais do Tribunal de Justiça Militar			
Certidão de distribuição da Justiça Federal de Primeiro Grau			
Atestado de antecedentes criminais da Secretaria de Segurança Pública			
Certidão negativa de ações criminais da Justiça Militar da União			
Declaração de residência (Anexo C)			
Comprovante de residência			
Folhas de Alterações ou assentamentos			
DIEx de Cmt, Ch ou Dir OM			

_____ / _____ - _____
Cidade UF Data

ASSINATURA DO PARTICIPANTE: _____
NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE:

ASSINATURA DO AVALIADOR: _____
NOME COMPLETO DO AVALIADOR:


Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
 Comandante da 2ª Região Militar

Nº da Ata de Inspeção de Saúde/Nº Sessão/Data

RESULTADO: () APTO () INAPTO CID: _____ () ELIMINADO

CIENTE DO PARTICIPANTE _____ NOME COMPLETO:	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DOS EXAMES _____ POSTO E NOME COMPLETO:	ASSINATURA DO MÉDICO RESPONSÁVEL PELA INSPEÇÃO DE SAÚDE _____ POSTO E NOME COMPLETO:
---	---	---

_____/_____-_____
Cidade UF Data


Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
Comandante da 2ª Região Militar

ANEXO J
TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA REALIZAÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA

1. Eu, _____ (nome completo),
RG _____, CPF _____,
nascido(a) aos _____ (dias) do mês de _____ do ano de _____,
filho(a) de _____ e de _____,
Nº de Inscrição: _____, como participante do Processo Seletivo Simplificado realizado
em cumprimento ao Aviso de Convocação nº 027 - SMR/2, de 11 de julho de 2022, DECLARO que
estou em plenas condições físicas e mentais para realizar o Exame de Aptidão Física previsto no, que
trata do processo seletivo simplificado para incorporação de OTT de bacharel em Direito. E que sou
responsável por qualquer informação omitida em relação ao meu estado de saúde atual.

2. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas,
ciente da responsabilidade criminal prevista nos Artigos 299 e 304 (falsidade ideológica) do
Decreto – Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e Artigo 312 (falsidade) do
Decreto – Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar (CPM).

_____/_____-_____
Cidade UF Data

ASSINATURA DO PARTICIPANTE: _____
NOME COMPLETO DO PARTICIPANTE:


Gen Div JORGE CARDOSO MARTINS
Comandante da 2ª Região Militar